

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	29
5.4 - Outras informações relevantes	30
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	31
6.3 - Breve histórico	32
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	33
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	34
6.7 - Outras informações relevantes	35
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	36
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	37
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	38
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	40
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	41
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	42
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	43
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	44
7.9 - Outras informações relevantes	45
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	46
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	47
8.3 - Operações de reestruturação	48
8.4 - Outras informações relevantes	49
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	50
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	52

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	63
9.2 - Outras informações relevantes	64

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	65
10.2 - Resultado operacional e financeiro	68
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	70
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	71
10.5 - Políticas contábeis críticas	73
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	78
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	79
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	80
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	81
10.10 - Plano de negócios	82
10.11 - Outros fatores com influência relevante	83

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	84
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	85

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	86
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	89
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	91
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	93
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	94
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	95
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	97
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	98

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	99
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	100
12.12 - Outras informações relevantes	101

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	102
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	103
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	106
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	107
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	108
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	109
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	110
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	111
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	112
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	113
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	114
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	115
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	116
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	117
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	118
13.16 - Outras informações relevantes	119

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	120
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	121
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	122

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	123
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	124
15.3 - Distribuição de capital	126
15.4 - Organograma dos acionistas	127
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	128
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	129
15.7 - Outras informações relevantes	130
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	131
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	132
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	134
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	135
17.2 - Aumentos do capital social	136
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	137
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	138
17.5 - Outras informações relevantes	139
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	140
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	141
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	142
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	143
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	144
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	145

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	146
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	147
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	148
18.10 - Outras informações relevantes	149
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	150
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	151
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	152
19.4 - Outras informações relevantes	153
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	154
20.2 - Outras informações relevantes	155
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	156
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	158
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	159
21.4 - Outras informações relevantes	160
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	161
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	162
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	163
22.4 - Outras informações relevantes	164

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcos Antônio Costa de Almeida
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1091-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Michelon & Puerari Auditores e Consultores S/S
CPF/CNPJ	09.356.626/0001-00
Período de prestação de serviço	26/04/2013
Descrição do serviço contratado	Revisão especial das Informações trimestrais (ITRs) de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro; Auditoria completa das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas da Companhia do exercício.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual dos auditores - R\$ 100.800,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Vicente Michelin	26/04/2013	266.906.080-34	Av. Borges de Medeiros, 308, conj. 81, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90020-020, Telefone (51) 30864434, e-mail: michelon@michelonaudidores.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações julgadas relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	-242.924.683,48	-249.174.378,51	-192.093.265,71
Ativo Total	202.800.900,73	213.191.934,66	271.280.076,92
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	187.170.227,86	225.096.003,27	300.631.523,00
Resultado Bruto	40.311.650,84	41.853.827,47	17.171.269,60
Resultado Líquido	-2.154.274,94	-56.992.437,79	-231.210.955,01
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	710.010.000	710.010.000	710.010.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	-0,342143	-0,350945	-0,270550
Resultado Líquido por Ação	-0,003034	-0,080270	-0,325645

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

- a) Medições não contábeis e
 b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do LAJIDA (EBITDA) ajustado	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta (em R\$ mil)	200.130	246.435	332.747
Receita Líquida (em R\$ mil)	187.170	225.096	300.631
Resultado Operacional (em R\$ mil)	23.012	13.269	(29.943)
(+) Depreciações e amortizações (em R\$ mil)	7.268	6.891	6.295
= EBITDA AJUSTADO (em R\$ mil)	30.280	20.160	(23.648)

3.2 c) O LAJIDA (EBITDA) é utilizado como uma medida de desempenho, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A Administração da Companhia acredita que o LAJIDA (EBITDA) é uma medida prática para aferir seu desempenho e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com a nota explicativa à instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, o mais simples conceito do LAJIDA (EBITDA) diz respeito ao *“montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões”*.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Descrição da política de destinação dos resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Importante: Nos três últimos exercícios, em virtude dos prejuízos não houve distribuição de dividendos nem retenções para formação de Reservas.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios a Companhia não distribuiu dividendos tendo em vista a ocorrência de prejuízos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos três últimos exercícios sociais não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	445.725.587,21	Índice de Endividamento	2,19784813	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	3.792.279,17	3.792.279,17	3.792.279,16	3.792.279,17	15.169.116,67
Quirografárias	345.027.061,54	31.024.721,00	27.252.344,00	27.252.344,00	430.556.470,54
Total	348.819.340,71	34.817.000,17	31.044.623,16	31.044.623,17	445.725.587,21
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. À Companhia

O emissor e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e podem obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. O emissor e suas controladas estão tomando medidas com vistas a suspender a exigibilidade de certos débitos tributários, e evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra ela e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções, sendo que, caso o emissor ou suas controladas não logrem êxito nessas medidas, é possível que tenham que efetuar desembolsos ou prestar garantias em juízo.

O emissor e suas controladas praticam uma consistente política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas, com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, lucros cessantes, entre outros.

É política do emissor, assegurar a contratação de seguros afim de resguardar seu patrimônio.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O emissor entende não haver riscos para a Companhia e suas controladas com relação aos controladores diretos e/ou indiretos.

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d. A suas controladas e coligadas

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a eventuais rompimentos de “contratos de prestação de serviço” mantidos pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, bem como oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes “*players*” concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das controladas/coligadas, diretas e indireta.

e. A seus fornecedores

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

f. A seus clientes

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. Além disso, a Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais e sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais e sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental ou da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no continente Africano, onde a instabilidade financeira pode acarretar a interrupção nas operações comerciais. Além disso, podemos citar os países localizados em zonas onde há instabilidade política gerada por conflitos religiosos que podem gerar restrições quanto a entrega do container no porto/bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria. Pode-se citar também as questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 Comentários sobre a expectativa de redução ou aumento da exposição a riscos relevantes

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

No momento, o emissor não tem expectativa de aumento ou redução na exposição dos riscos descritos acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas:

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos recursais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. No encerramento do exercício, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, inexistem processos discutidos em âmbito administrativo, e os processos que estão sendo discutidos em âmbito judicial, tramitam em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, aproximadamente 10% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e aproximadamente 90% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Os processos fiscais foram parcelados através dos benefícios auferidos pela MP 470/09.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente.

a) Tributárias:

No final do exercício, a Companhia e suas controladas eram parte em 163 ações fiscais (judiciais e administrativas). Tais processos, por terem seus valores na grande maioria vinculados a processos de parcelamentos fiscais (sejam estaduais, sejam federais), os saldos encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, sendo corrigidos pelos índices aplicados a estes passivos (SELIC).

a.1) Crédito Premio de IPI:

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo mantido no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

a.2) Lei 11.941/2009:

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia teve a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

a.3) Lei 12.996/2014:

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

a.4) Lei 13.043/2014:

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/14, convertida na Lei nº 13.043/14.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data.

a.5) Processo nº 0053960-05.2005.8.26.0224 (224.01.2005.053960-0)

Juízo: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos (SP)

Instância: Primeira

Partes no Processo: Fazenda do Estado do São Paulo e Frigumz Alimentos S/A. (antiga denominação social da companhia controlada Companhia Minuano de Alimentos)

Valores bens ou direitos envolvidos: R\$ 42.007.913,29

Principais fatos: Execução Fiscal relativa a glosa de Créditos de ICMS, com autuação fiscal mediante arbitramento sobre as operações mercantis efetivadas no Estado de São Paulo, em decorrência da não apresentação, na oportunidade, da documentação fiscal (3ª via das NFs de vendas em São Paulo) que se encontravam na sede da Companhia, na cidade de Jaraguá do Sul (SC)

Chance de perda: De acordo com a opinião do assessores jurídicos da Companhia “A previsão de perda é **POSSÍVEL**, em vista do posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo, na Exceção de Pré-executividade, relativamente ao fato de que as mesmas alegações já formuladas poderiam ser objeto de exame pelo Poder Judiciário, através de Embargos à Execução Fiscal, exigida a segurança do Juízo (penhora);

Análise do impacto em caso de perda do processo: O impacto será no valor da Execução Fiscal, porém reitera-se que a possibilidade de perda é **POSSÍVEL**.

b) **Contingências possíveis:**

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível totalizam R\$ 95.556 mil, distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

c) **Cível:**

Em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas eram rés em 46 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas mantinham provisão para eventuais perdas em processos judiciais classificados com probabilidade de perda provável no montante aproximado de R\$ 16.500 mil conforme critérios de provisionamento mencionado anteriormente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia atua no polo passivo de um procedimento arbitral que tramita junto a Câmara de Comércio Brasil Canadá, reconhecida Câmara Arbitral com sede na cidade de São Paulo. No referido expediente discute-se a efetivação de uma aquisição societária a qual foi delineada por um Contrato Promessa entre a Companhia e outra empresa do ramo. Diante das previsões contidas no referido contrato, as quais possibilitavam a não realização do negócio diante do critério exclusivo da Companhia, subsidiado pelas conclusões de uma auditoria específica de “*Due Diligence*”, os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda no referido expediente é remota. Por fim, cumpre registrar que tal procedimento aguarda manifestação final do Árbitro eleito entre as partes, eis que a instrução do feito já restou superada em dezembro de 2014.

Cabe ainda salientar, que as negociações envolvendo a referida aquisição foram devidamente divulgadas através de publicação de fatos relevantes por parte da Companhia, conforme previsto pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 381 processos judiciais de natureza trabalhista. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, horas em itinere, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

A Companhia e suas controladas mantinham provisão para perdas prováveis em processos judiciais de natureza trabalhista no montante aproximado de R\$ 4.079 mil, com depósitos judiciais de aproximadamente R\$ 3.318 mil efetuados. A Companhia e suas controladas provisionam os valores de perda provável dos valores discutidos desses processos.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

d.1) Horas Extras e Reflexos e Horas in Itinere: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho e horas *in itinere*. Ademais, pairam discussões em relação a validade da desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho da forma prevista nas normas coletivas. Neste ponto, em janeiro de 2014, a controlada indireta Companhia Minuano, em uma de suas unidades, alterou a desconsideração dos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho de seus empregados, de forma a observar o previsto na CLT.

d.2) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho. A fim de combater tais situações a Companhia e suas controladas contam SESMT ativo, além de observar todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõem sobre ergonomia e segurança do trabalho.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d.3) Indenização por Danos Morais: Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente, configurando-se o Assédio Moral.

d.4) Domingos e feriados em dobro: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto a suposta não concessão do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação do empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro. Entretanto, em raríssimos casos há condenação, já que a existência de descanso semanal remunerado é devidamente observado pelas informantes.

d.5) Indenização por Danos Materiais: Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando. Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, que através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Isto se dá através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

d.6) Troca de Uniforme: A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de horas pela troca de uniforme, ou seja, o período existente entre a uniformização e o registro da jornada. Ocorre, que no início jornada é feito a troca de uniforme antes do registro ponto, e no fim, a referida troca é realizada após o registro. Tal período que até o presente momento não é contabilizado é caracterizado como a disposição do empregador, havendo condenação da Companhia de maneira maciça nas reclamatórias trabalhistas.

Atualmente, na maioria das unidades o tempo destinado a troca de uniforme foi devidamente ajustado, seja por sua inclusão na jornada de trabalho normal, seja pelo ajuste através de acordo coletivo. Ou seja, em breve tal discussão restará superada.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Informações sobre processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4

O emissor e suas controladas não são parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam partes

A Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, cível ou trabalhista, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao emissor por se tratar de empresa com sede no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes “players” concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das controladas/coligadas, diretas e indireta.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

O emissor não tem uma política formal de gerenciamento de riscos. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em relação ao último exercício, se comparado a 2013 as alterações significativas foram:

- Aumento da Taxa do Dólar ao final do exercício de 2014, e;
- Concentração de mercado nos grandes “players”.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	14/07/1990
Forma de Constituição do Emissor	Transformação da Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Minuano - Exportação e Administração Ltda., em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/12/1990

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve histórico do emissor

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda., sediada na Av. Senador Alberto Pasqualini 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95900-000, foro e comarca do mesmo nome, tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/90 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de Minupar Participações S/A. Desta forma, a Assembleia Geral Extraordinária de 01/11/90 deliberou a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas, sendo oportunizado aos acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, a troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações “companhia” de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, o Grupo Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na Europa, Ásia, África e América Central.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Descrição dos principais eventos societários pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Nos últimos três exercícios não ocorreram eventos societários pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas relativos a incorporações fusões, cisões, incorporação de ações, alienações ou aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Informação sobre pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e sobre o estado atual de tais pedidos

Não houve, desde a fundação, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Outras informações relevantes

O emissor não teve, desde sua fundação, pedidos de falência e/ou concordata, entretanto sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (CNPJ 84.430.800/0001-32), teve deferida o pedido de concordata preventiva no ano de 2003, tendo sido levantado judicialmente no ano de 2014, após cumprida todas obrigações pertinentes.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos tem como as suas principais atividades: integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria "Minuano" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na, Europa, Ásia, África e América Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A controlada presta, ainda, serviços para terceiros nas linhas de produção de ovos incubáveis, pintos de um dia, abate, desossa e industrialização de carnes de aves. Com relação as unidades localizadas no Estado de Santa Catarina, uma está arrendada a terceiros e a outra está desativada.

A Companhia Minuano de Alimentos, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado para o mercado interno, na Região Sul, através de distribuidoras que atendem ao micro e pequeno varejo, com a opção de efetuar também a venda direta aos de médio porte. Com o objetivo de criar um sólido relacionamento de negócios com as grandes redes mantém, neste segmento, um atendimento personalizado, através de seu Departamento Comercial.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais do emissor

a.1 Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas de frango, mortadelas, presunto, apresuntados, peito de frango defumado, quitute de frango, linguiça fresca, linguiça cozida, pele frita e defumados.

A controlada atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externos com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran” o que permite no caso do mercado externo, atuar no mesmo país importador com mais clientes.

a.2 Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS e Passo Fundo-RS (abatedouros); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (incubatório) e Bom Retiro do Sul-RS (produção de ovos férteis).

b. Receita bruta proveniente dos segmentos de atuação em R\$ mil

SEGMENTO	2014	2013	2012
Industrializados	66.479	59.302	57.761
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	133.651	187.133	274.986
Total	200.130	246.435	332.747

c. As operações da controlada Companhia Minuano de Alimentos, no ano de 2014, apresentaram Lucro Bruto na ordem de 21,54% da Receita Operacional Líquida, o equivalente a R\$ 40.311 mil, sendo que este resultado, porém, se demonstrou insuficiente frente às despesas financeiras. Contudo o EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2014 e 2013 foi respectivamente, de R\$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida e R\$ 20,7 milhões ou 9,2% da receita líquida, representando uma melhora de 7,0p.p. em 2014. A melhora de performance está relacionada principalmente a: a) redução do volume de carne de aves pelo encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS) e que gerava resultados negativos para a Companhia. Essa unidade industrial passou a prestar serviços de abate e industrialização de carne de aves para terceiros, contribuindo então, na geração de caixa, e, b) redução das despesas administrativas e comerciais, conforme exposto no comentário do desempenho operacional consolidado deste relatório.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois.

(i) Relacionado aos contratos de industrialização, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes, localizadas em granjas próprias, o incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros, inclusive daqueles parceiros das operações de industrialização e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino se nacional ou externo e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2014	2013	2012
Rio Grande do Sul	91%	90%	86%
Outros Estados	9%	10%	14%
Total	100%	100%	100%

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	2014	2013	2012
Vendas Diretas	39%	30%	47%
Vendas Intermediadas	61%	70%	53%
Total	100%	100%	100%

Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2012, 2013 e 2014 a 47%, 45% e 24% respectivamente, do faturamento bruto da companhia. Dentre os principais produtos exportados, podemos, salsichas de carne de frango, mortadelas e miúdos de frango como fígado e moela.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As vendas no mercado externo abrangem mais de uma dezena de países, sendo que se destacam entre os principais destinos, Benin, Angola, África do Sul, Holanda, Armênia, Suriname, Hong Kong, Tajikistão, Guyana, Cingapura, entre outros, através de canais de venda direta e representantes.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado nacional como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes.

i. Participação em cada um dos mercados

Considerando os volumes atuais praticados pelos grandes “players” aliado ao grande número de outras empresas, inclusive de menor porte (regionalizadas), fica difícil mensurar a participação.

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

Carnes de frangos: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo;

Condimentos e especiarias: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado nacional como ao mercado externo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificação de clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

No ano, a controlada Companhia Minuano de Alimentos não apresentou clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida, nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo. Já em relação aos parceiros operacionais nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., com representatividade acima de 10% da receita líquida do emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor

a. As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. As unidades operacionais operam mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais nos estados onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Paralelo a essas licenças de operação, as unidades da Companhia estão sujeitas ao Sistema de Inspeção Federal, supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do qual mantém constante monitoramento das operações industriais. Além disso, segue regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b. No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 65 anos de atuação, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental, sanitária e trabalhista. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e ainda de abastecimento público por empresa concessionária. A Companhia procura obter outorga de direito de uso dos recursos hídricos captados em seus empreendimentos.

A Companhia utiliza em seus processos produtos controlados pela Polícia Federal, como a amônia para a geração de frio. Para tanto possui as devidas licenças. Com relação aos resíduos, tanto líquidos como sólidos, são mantidos contratos com empresas certificadas para dar o devido destino a esses resíduos.

c. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia busca proteger suas principais marcas em outros países.

Outras informações relacionadas a marcas e patentes, podem ser verificadas na seção 9.1.b deste formulário de referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a.** Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2014, 76% ou R\$ 142.697 mil da receita líquida é proveniente das operações realizadas no país sede do emissor, ou seja, Brasil.

- b e c.** Com relação à receita líquida proveniente dos clientes estrangeiros do emissor, 24% ou R\$ 44.473 mil são oriundos dos mesmos, e dentre os principais destinos citamos: Benin, Angola, África do Sul, Holanda, Armênia, Suriname, Hong Kong, Tajikistão, Guyana, Cingapura, entre outros.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 Efeitos da regulação estrangeira na atividade

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, por efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita à regulação de caráter religioso no tocante a realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”. Tal regulação deve ser cumprida uma vez que o descumprimento da mesma inviabiliza a comercialização de seus produtos nos países que exigem tal preceito. Neste sentido a Controlada toma todas as ações necessárias para o cumprimento de tal preceito, evitando prejuízos aos seus negócios.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8 Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor

A Companhia não mantém acordos com instâncias governamentais nacionais e estrangeiras ou comunidades, políticas de responsabilidade sócio-ambiental, informações sobre práticas de sustentabilidade, patrocínio e incentivo cultural.

A Companhia não possui projeto de Sustentabilidade, razão pela qual não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 Descrição do Grupo Econômico no qual se insere o emissor, indicando:

8.1.a controladores diretos e indiretos

Acionista	%
Serra Do Roncador Participações Ltda.	24,2213%
Chao En Ming	9,6459%
Chao En H V Oliveira	4,9375%
Livia Toshie Suguita Chao	4,1549%
Outros	57,0404%

8.1.b controladas e coligadas:

Controladas direta:

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9857
Sulaves S/A.	99,9987

Controlada Indireta:

Companhia	%
Companhia Minuano de Alimentos	99,9098

8.1.c Participações do emissor em sociedades do grupo

Controladas direta:

Companhia	%
Valepar S/A.	99,9857
Sulaves S/A.	99,9987

Controlada Indireta:

Companhia	%
Companhia Minuano de Alimentos	99,9098

8.1.d Participações de sociedades do grupo no emissor

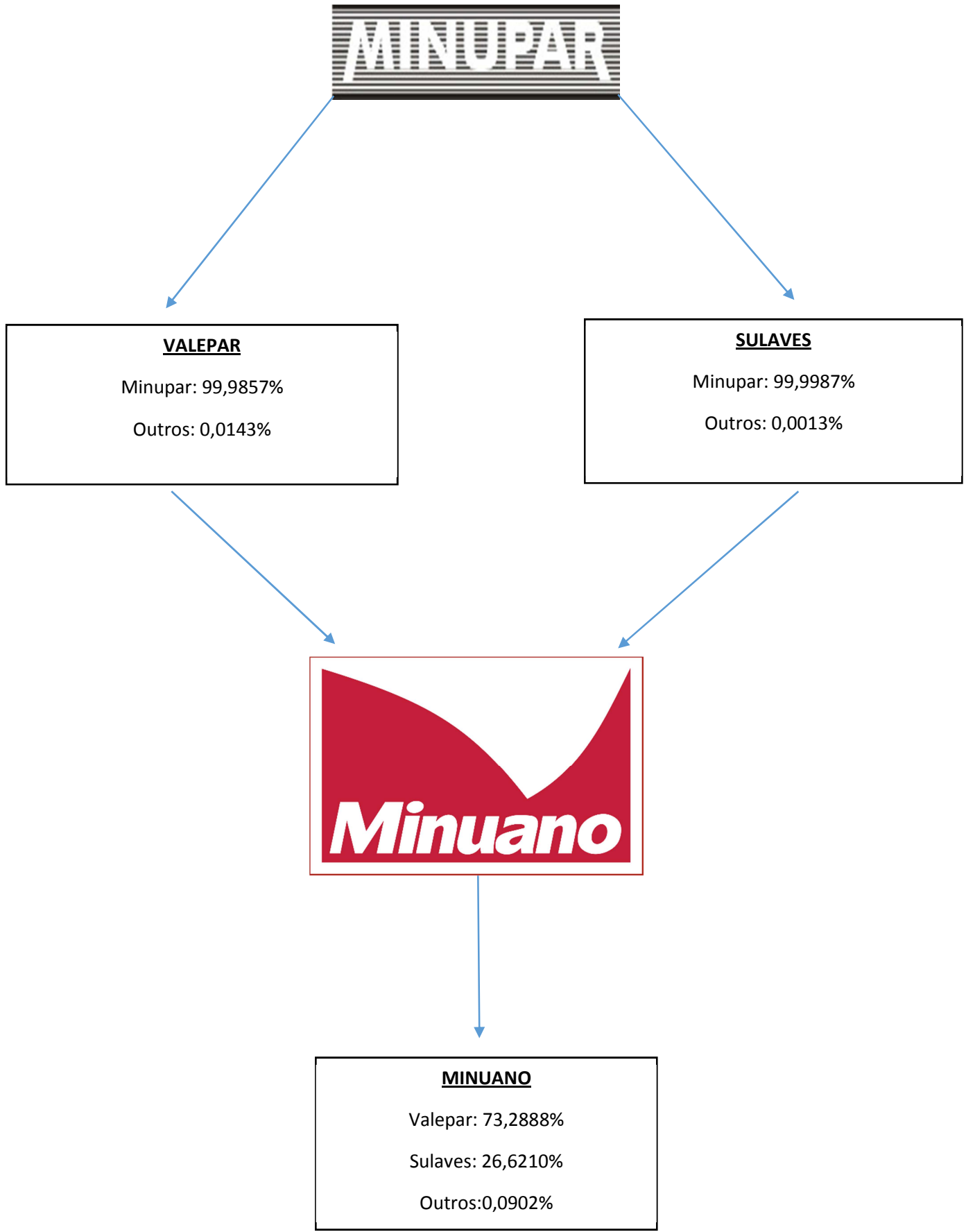
Não há sociedades do grupo com participação no emissor

8.1.e Sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não ocorreram operações de reestruturação.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1 Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:****a) ativos imobilizados**

UNIDADES (RS)	VLR RESIDUAL R\$	ATIVIDADE	STATUS EM 31.12.14	DESCRIÇÃO
F1 - Lajeado	41.899.920,75	abatedouro/frigorífico de aves	Ativa	Frigorífico de prestação de serviços para terceiros, cujos funcionários e custos fixos mantidos pela Minuano, sendo que a empresa recebe pelos serviços de abate e corte de frangos. Capacidade de produção 11 mil aves/hora - 100% cortes de frango. Atualmente a unidade opera em dois (2) turnos.
F2 - Arroio do Meio	8.113.909,10	industrializados	Ativa	Produziu industrializados com a marca própria da Minuano para mercado interno (35%) e externo (65%), no ano de 2014.
F3 - Passo Fundo	15.108.646,90	abatedouro/frigorífico de aves	Ativa	Frigorífico de prestação de serviços, cujos funcionários e custos fixos são mantidos pela Minuano, sendo que a empresa recebe pelos serviços de abate de frangos. Capacidade de produção 8 mil aves/hora - 100% frangos inteiros, sendo que atualmente a unidade opera somente em um turno.
FR/Fab. de Rações - A Meio	9.308.367,57	fábrica de rações e concentrados	Ativa	Prestação de serviços para terceiros.
IC/Incubatório Comercial - Estrela	7.413.794,31	produção de ovos férteis	Ativa	Prestação de serviços para terceiros.
Granjas - Nas cidades de Estrela e Bom Retiro do Sul	12.625.709,01	recria de aves de reprodução	Ativa	Prestação de serviços para terceiros.
UNIDADES (RS/SC)	VLR RESIDUAL R\$	ATIVIDADE	STATUS EM 31.12.14	DESCRIÇÃO
CO/Central de Ovos - Lajeado	4.296.736,06	ovos comerciais	Arrendada	Unidade classificadora e de processamento de ovos líquidos. Atualmente está arrendada à terceiros.
Granja - Na cidade de Cruzeiro do sul	3.850.466,12	produção de ovos	Arrendada	Granja desativada, sendo que a área está arrendada à terceiros.
F4 - Jaraguá do sul	2.433.064,16	industrializados	Arrendada	Unidade frigorífica arrendada à terceiros.
F5 - Armazém	7.944.612,70	abatedouro/frigorífico de suínos	Arrendada	Unidade frigorífica desativada, sendo que a área está arrendada à terceiros.

A tabela acima descreve as unidades produtivas que compõem o ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Os valores informados são líquidos de depreciação e foram apurados na data base de 31/12/2014.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Abaixo, tabela com a composição total consolidada dos bens dos ativos propriedade para investimento, imobilizado e intangível, por grupo patrimonial, em milhares de reais.

Propriedade para investimento

Grupos	31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640
Prédios	17.660	(7.136)	10.524
Total	24.300	(7.136)	17.164

Imobilizado e Intangível

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.695	-	16.695	21.638
Prédios	2,50%	72.570	(16.874)	55.696	58.471
Máquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	50.848	(22.154)	28.694	30.334
Móveis e utensílios	8,33%	3.845	(1.638)	2.207	2.527
Computadores e periféricos	33,33%	615	(465)	150	160
Veículos	20,00%	631	(402)	229	304
Imobilizações em andamento	-	603	-	603	3.379
Outros	-	13	(9)	4	5
Subtotal imobilizado		145.820	(41.542)	104.278	116.818
Intangível		323	(124)	199	177
Total		146.143	(41.666)	104.477	116.995

Conforme as Deliberações CVM nº 584/09 e 619/09, a controlada indireta efetuou a valorização de suas propriedades para investimento, tendo por base a avaliação de avaliador independente, cujos efeitos foram os seguintes:

Grupos	Valor		
	Residual	Laudo	Varição
Terrenos	4.943	6.497	1.554
Prédios	3.852	9.910	6.058
Total	8.795	16.407	7.612

Abaixo, tabela com a movimentação consolidada dos bens dos ativos propriedade para investimento, imobilizado e intangível, por grupo patrimonial, em milhares de reais.

Grupos	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em
	31/12/2013					31/12/2014
Terrenos	21.638	-	-	(4.943)	-	16.695
Prédios	58.471	1.271	-	(1.953)	(2.093)	55.696
Máquinas e equipamentos	30.334	2.126	(525)	987	(4.228)	28.694
Móveis e utensílios	2.527	338	(87)	(36)	(535)	2.207
Computadores e periféricos	160	70	(2)	3	(81)	150
Veículos	304	108	(58)	(5)	(120)	229
Imobilizações em andamento	3.379	277	(35)	(3.018)	-	603
Outros	5	-	(1)	1	(1)	4
Subtotal imobilizado	116.818	4.190	(708)	(8.964)	(7.058)	104.278
Intangível	177	28	-	-	(6)	199
Subtotal intangível	177	28	-	-	(6)	199
Propriedade para Investimento	-	8.404	-	8.964	(204)	17.164
Subtotal Prop. para Investimento	-	8.404	-	8.964	(204)	17.164
Total	116.995	12.622	(708)	-	(7.268)	121.641

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Abatedouro Frigorífico de Aves - F1	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Indústria de Embutidos - F2	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Abatedouro Frigorífico de Aves - F3	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Indústria de Rações - FR	Brasil	RS	Arroio do Meio	Própria
Incubatório - Produção de pintos de um dia	Brasil	RS	Estrela	Própria
Central de beneficiamento de ovos	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Abatedouro Frigorífico de Suínos - Abate e industrialização de carnes	Brasil	SC	Armazém	Própria
Industrialização de carnes suínos e aves	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Própria
Granja produção de ovos férteis - Granja Paraíso	Brasil	RS	Estrela	Própria
Granja de recria de aves de postura - Granja Pinhal	Brasil	RS	Bom Retiro do Sul	Própria
Granja produção de ovos comerciais - Granja São Rafael	Brasil	RS	Cruzeiro do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (jogos, brinquedos, passatempos, artigos p/ginástica) - 815.746.040	Brasil	14/07/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 813.183.871	Brasil	03/11/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 800.293.517	Brasil	08/02/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Serviços, importação e exportação) - 816.548.153	Brasil	05/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Serviços de alimentação) - 816.640.157	Brasil	26/10/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 183.3715	Argentina	10/02/2014 - Não Renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 183.3717	Argentina	10/02/2014 - Não renovada	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.	A Companhia optou por não efetuar a renovação da Marca, como consequência outras empresas poderão utilizar a marca naquele País, inclusive registrando sua propriedade.
Marcas	MINU LIGHT (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 816.627.568	Brasil	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Café e ervas para infusão) - 816.627.592	Brasil	23/11/2023	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (massas alimentícias em geral, farinhas e fermentos) - 816.627.614	Brasil	24/10/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO LIGHT (carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis e condimentos) - 816.627.550	Brasil	07/11/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Frutas Verduras, legumes e cereais) - 811.634.620	Brasil	03/12/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 811.856.712	Brasil	21/09/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Alimentos para animais) - 006.335.470	BRASIL	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Animais vivos, ovos para incubação) - 006.335.462	Brasil	10/06/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 811.720.306	Brasil	29/07/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Serviços Auxiliares, importação e exportação) - 817.577.904	Brasil	03/09/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FRIGUMZ (Alimentos para animais) - 818.270.241	Brasil	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FRIGUMZ (Carnes, ovos, aves, gorduras, oleos comestíveis) - 818.270.268	Brasil	25/02/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimento) - 817.549.480	Brasil	24/06/2017	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras, oleos comestíveis, condimentos) - 813.183.880	Brasil	24/01/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	QUITUTE FRANGO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 819.870.706	Brasil	14/09/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	RODIZIO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 820.029.165	Brasil	09/11/2009 - Prorrogação Req.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	RODIZIO (Serviços de alimentação) - 820.031.305	Brasil	16/11/2019	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 009.804	Itália	28/08/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 44.231	Kuweit	21/07/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves e ovos para alimentação) - 811.856.690	Brasil	01/08/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 37.483	Qatar	16/11/2015	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 57.265	Emirados Árabes	23/11/2014 - Em renovação	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUPAR (Seguros, negócios financeiros, negócios monetários, negócios imobiliários) - 900.798.726	Brasil	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUPAR (Propaganda, gestão de negócios, administração de negócios, funções escritório)- 900.798.653	Brasil	14/09/2020	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	HOT CHICKEN MINUANO (Carne, ovos, aves, gorduras, óleos comestíveis, condimentos) - 817.245.901	Brasil	06/06/2015 - Em renovação	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (leite em pó, soro de leite, iogurtes) - 816.967.334	Brasil	17/05/2015 - Em renovação	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (condimentos, especiarias, essências alimentícias) - 812.994.060	Brasil	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carnes, aves, ovos, peixes, frutos do mar, frutas, verduras) - 812.994.078	Brasil	02/01/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Café, chá, cacau, açúcar, arroz, tapioca, sagu, sucedâneos de café, farinhas e prep., etc) - 905.674.898	Brasil	Pedido em andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 905.675.290	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Bufê, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 905.675.401	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FIGURATIVA (Comércio de alimentos para animais, animais vivos e produtos alimentícios) - 905.779.673	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	FIGURATIVA (Bufe, cafeterias, cantinas, restaurantes, churrascarias) - 905.779.711	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Papel, livros, impressos de todos os tipos, pequenos art. para escritório, etc) - 905.675.622	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar. Foi sofrida oposição ao pedido sobre a qual nos manifestamos e estamos aguardando decisão.	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar. Foi sofrida oposição ao pedido sobre a qual nos manifestamos e estamos aguardando decisão.
Marcas	MINU (Roupas e acess. do vestuário de uso comum e prática de esportes. Art. de viagem) - 905.680.111	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Jogos, brinquedos e passatempos. Art. para ginástica, esporte, caça e pesca, etc) - 905.680.170	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carnes, aves, ovos, gorduras e oleos comestíveis, condimentos) - 813.172.349	Brasil	22/10/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 10.599	Singapura	29/11/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 980.012	Itália	13/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINUANO (Carne, peixe, aves e caça) - 35.972	Espanha	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (Carne, peixe, aves e caça) - 167.4631	Espanha	19/12/2021	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (roupas, acessórios, vestuário comum e esportes, artigos de viagem) - 815.265.140	Brasil	04/03/2022	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU (papel, papelão, livros, álbuns, artigos de escritório, material didático) - 815.746.032	Brasil	14/07/2016	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar
Marcas	MINU FIG. (Carne, peixes, aves, caça, extr. de carne, frutas, legumes, verduras em conserva, etc) - 905.779.606	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MINU (Carne,peixes,aves,caça,extrato de carne,frutas,legumes,verduras em conserva,etc) - 905.674.715	Brasil	Pedido em Andamento	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar	A Companhia não tem conhecimento de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos às suas marcas, tampouco de consequências que eventuais perdas possam acarretar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Ciração, abate, industrialização de aves e suínos.	99,910000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Companhia Operacional, controlada indireta.								
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	participações societárias	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding de controle de companhias operacionais								
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10	-	Controlada	Brasil	RS	Lajeado	Participações societárias	99,980000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding de controle de companhias operacionais								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2014:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 187,2 milhões. Comparado ao ano de 2013, apresentou uma redução de R\$ 37,9 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

No âmbito estratégico, a Companhia através de sua controlada indireta, teve seu foco voltado a geração de caixa para composição e liquidação de acordos com fornecedores remanescentes dos anos de 2012 e 2013, e na busca de soluções dos passivos tributários, e sua adequação à capacidade de geração de caixa da Companhia Minuano. No ano de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram com parte de seus passivos tributários federais ao parcelamento instituído pela Lei 12996/2014 no montante aproximado de R\$ 77 milhões. Tal movimento exigiu pagamentos da ordem de R\$ 10,9 milhões, conforme dispositivos da própria Lei. Os benefícios advindos dessa adesão estão registrados no resultado do exercício e seus impactos foram abordados nas notas explicativas constantes das demonstrações financeiras.

Receita Líquida

A Receita Líquida obtida no ano de 2014 sofreu uma redução de 16,8%, quando comparada ao ano de 2013. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 187,2 milhões, sendo que no ano de 2013, este valor fora de R\$ 225,1 milhões. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

As despesas com vendas representam 5,2% sobre a receita líquida (em 2013, 9,0%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carne de aves in natura nos mercados interno e externo.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2014 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2013, passando de R\$ 7,8 milhões em 2013 para R\$ 7,5 milhões, equivalentes a 3,5% e 4,0% respectivamente, da receita operacional líquida.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não há previsão relativa à possibilidade de resgate das ações do emissor.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão relativa à possibilidade de resgate das ações do emissor.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2014 e 2013 foi respectivamente, de R\$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida e R\$ 20,7 milhões ou 9,2% da receita líquida, representando uma melhora de 7,0p.p. em 2014. A melhora de performance está relacionada principalmente a: a) redução do volume de carne de aves pelo encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS) e que gerava resultados negativos para a Companhia. Essa unidade industrial passou a prestar serviços de abate e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

industrialização de carne de aves para terceiros, contribuindo então, na geração de caixa, e, b) redução das despesas administrativas e comerciais.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e operações de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan a Mai/15	3.092	-
Acordos Bancários	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul - Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A - Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				6.160	9.772

Legenda:

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

b) A operação Badesul S/A - Reaver possui garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houveram alterações significativas em itens das demonstrações financeiras.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.2 Resultado das operações

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

SEGMENTO	2014	2013	2012
Industrializados	66.479	59.302	57.761
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	133.651	187.133	274.986
Total	200.130	246.435	332.747

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Líquida obtida no ano de 2014 sofreu uma redução de 16,8%, quando comparada ao ano de 2013. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 187,2 milhões, sendo que no ano de 2013, este valor fora de R\$ 225,1 milhões. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

As despesas com vendas representam 5,2% sobre a receita líquida (em 2013, 9,0%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carne de aves in natura nos mercados interno e externo.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2014 em R\$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2013, passando de R\$ 7,8 milhões em 2013 para R\$ 7,5 milhões, equivalentes a 3,5% e 4,0% respectivamente, da receita operacional líquida.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações significativas nas receitas atribuídas em 2014, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

Contas	2014	2013	2012
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	200.130	246.435	332.747
Receita Líquida Consolidada	187.170	225.096	300.631
Lucro Bruto Consolidado	40.311	41.854	17.171
Resultado Operacional Consolidado	34.312	8.903	(226.063)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Prejuízo Líquido do Exercício	(2.155)	(56.991)	(231.210)
EBITDA Consolidado	30.280	20.665	(23.648)
Prejuízo por Ação	(0,0030)	(0,0802)	(0,3253)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2014 não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Não houveram alterações, no ano de 2014, nas práticas contábeis da companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houveram ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

“Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 33.617 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990 nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2014 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a

10.5 - Políticas contábeis críticas

Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

10.5 - Políticas contábeis críticas

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2014, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

l) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

n) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

10.5 - Políticas contábeis críticas

u) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras: grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Nas verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não é mencionado quaisquer falhas nos sistemas de Controle.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há apontamentos de deficiências e recomendações no relatório do auditor.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários no último exercício social.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2014 os investimentos realizados, pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 4,2 MM (R\$ 2,7 MM em 2013). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há previsão de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações a Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indireta, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

a) atribuições de cada órgão e comitê

a.1) Conselho de Administração:

- a Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- b Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;
- c Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- d Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- e Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- f Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- g Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- h Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- i Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- j Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- k Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- l Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- m Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- n Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- o Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- q Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- r Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- s Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembléia Geral;
- t Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- u Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- v Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- w Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- x Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;
- y Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

a.2) Diretoria:

Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social.

a.3) A Companhia não possui Conselho Fiscal e nem Comitês instalados.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Não aplicável

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Ao Diretor Presidente compete:

- a Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- b Submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação;

Aos diretores sem designação compete:

A prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.

Com as exceções previstas no Estatuto Social, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- a Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ou mistas;

- b Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- c Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- d Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- e Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores. As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e diretoria formalizados.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia é convocada, mediante 3 publicações do Edital que conterà todos os assuntos da ordem do dia, com antecedência de 15 dias, a primeira convocação e com 8 dias a segunda convocação.

b) competências

Compete à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre todos os assuntos previstos na legislação vigente (Lei 6.404/76) e determinações específicas demandadas pela CVM.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Procedimento não adotado pelo emissor.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão também ser representados por procurador.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Quando o acionista se fizer representar por procurador, este deve estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, sendo que as procurações deverão ser depositadas na Companhia com prazo mínimo de 48 hs (quarenta e oito horas) antes da realização da assembleia.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

A regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

O emissor não mantém fóruns destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

O emissor não tem adotado a sistemática de transmissão ao vivo de vídeo e/ou de áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há mecanismos formalizados visando permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	13/03/2015
		Informativo do Vale - RS	13/03/2015
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	13/03/2015
			16/03/2015
			17/03/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	16/03/2015
			17/03/2015
		Diário Oficial do Estado - RS	13/03/2015
			Informativo do Vale - RS
		Valor Econômico - SP	16/03/2015
			17/03/2015
			17/03/2015
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	01/06/2015
		Informativo do Vale - RS	01/06/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	03/04/2014
		Informativo do Vale - RS	04/04/2014
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	05/03/2014
			06/03/2014
		Diário Oficial do Estado - RS	07/03/2014
		Diário Oficial do Município - RS	07/03/2014
		Informativo do Vale - RS	05/03/2014
			06/03/2014
		Valor Econômico - SP	05/03/2014
	06/03/2014		
	07/03/2014		
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	05/03/2014
			06/03/2014
			07/03/2014
Diário Oficial do Estado - RS		07/03/2014	
Informativo do Vale - RS		05/03/2014	
		06/03/2014	
Valor Econômico - SP		05/03/2014	
	07/03/2014		
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	19/04/2013
			03/04/2014
		Informativo do Vale - RS	19/04/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	26/03/2013
			27/03/2013

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	28/03/2013
		Informativo do Vale - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Valor Econômico - SP	26/03/2013
			27/03/2013
	28/03/2013		
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
		Informativo do Vale - RS	26/03/2013
			27/03/2013
			28/03/2013
	Valor Econômico - SP	26/03/2013	
		27/03/2013	
28/03/2013			
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - RS	15/07/2013	
	Informativo do Vale - RS	15/07/2013	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) frequência das reuniões

Segundo definido no art. 21 do Estatuto Social o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há regras estabelecidas de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem:

Não existe cláusula compromissória inscrita no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Marcos Antônio Costa de Almeida	43	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2016	1 ano
785.283.990-87	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	14/04/2016	Não
Diretor				
Carla Luciane Diedrich	31	Pertence apenas à Diretoria	14/04/2016	1 ano
006.031.730-20	Química Industrial	10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/04/2016	Sim
Antonio Carlos Rago CAno	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
087.769.278-57	Corretor de Valores	20 - Presidente do Conselho de Administração	14/04/2016	Não
Nenhum,				
Chao En Ming	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
019.210.358-03	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/04/2016	Sim
Nenhum				
Cynthia Christina da Silva Vello	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
104.434.508-03	Gerente de Controles	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/04/2016	Sim
WELINTON DOS REIS BALDERRAMA	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
644.330.058-00	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	14/04/2016	Sim
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
018.019.450-04	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/04/2016	Sim
Chao En Hung	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/04/2016	1 ano
050.245.498-99	Médica	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/04/2016	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Marcos Antônio Costa de Almeida - 785.283.990-87

Formado em Ciências Contábeis em 2007 pela FAPA de Porto Alegre. Atuou durante 13 anos como auditor externo, assumindo a posição de Controller na Companhia Minuano de Alimentos em abril/2013. Atualmente foi eleito DRI pelo Conselho de Administração da Companhia.

Carla Luciane Diedrich - 006.031.730-20

Atualmente:

Companhia Minuano de Alimentos - Diretora Adjunta Industrial
Minupar Participações S/A

Antonio Carlos Rago CAno - 087.769.278-57

Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão - Bovespa
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. - Operador Mercado de Ações e Futuros
Sênior Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros.
Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros
Multistock Corretora de Câmbio, e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F
Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial
BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F
Minupar Participações S/A. – Presidente do Conselho de Administração - De 16/04/2015 a atual

Chao En Ming - 019.210.358-03

De nacionalidade chinesa, nascido em 04 de maio de 1956. Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté; Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva; experiência profissional atuando em diversos hospitais; Diretor Administrativo-financeiro de Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários, desde 1992. Condenado em processo administrativo da CVM, com multa Pendente de Recurso perante o CRSFN.

Cynthia Christina da Silva Vello - 104.434.508-03

Formação em Administração de Empresas. Experiência profissional em corretora de valores nas áreas de Tesouraria, Custódia, Mesa de Operações - Mercado Bovespa e Controladoria. Sólidos conhecimentos em Mercado Financeiro e Gestão de Projetos. Experiência com Gestão de Pessoas. Certificação PQO Compliance – Back-office.
Experiência Profissional: Solidez CCTVM Ltda - de 1998 – atual

WELINTON DOS REIS BALDERRAMA - 644.330.058-00

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001; experiência em: 11.11.1969 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. – Auxiliar; abril/1.983 – Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A - Diretor; Novembro/1995 – Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações; 07/2005 – Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais.

Cursos de aperfeiçoamento em: Mercado de Capitais – CITEC - BOVESPA; Análises de Balanço – CITEC - BOVESPA; Matemática Financeira – Mercado de Derivativos – Técnicas de Negociação – Agente Autônomo de Investimentos.

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger - 018.019.450-04

De nacionalidade brasileira, nascido em 31 de dezembro de 1946. Iniciou sua atividade profissional na empresa Companhia Minuano de Alimentos em 01 de março.1964, como auxiliar administrativo. A partir de agosto de 1977 integra a diretoria da Companhia Minuano de Alimentos, atuando nas áreas de produção de rações, ovos férteis, suprimentos, pintos de um dia e logística de frota de veículos. No período de dezembro de 1984 a abril de 1997 integrou o Conselho de Administração da Companhia Minuano de Alimentos (companhia aberta). De julho de 1990 a abril de 1997 foi diretor de Minupar Participações S/A., e de maio de 1997 a agosto de 2011 ocupou a presidência do Conselho de Administração. No período de março de 1995 a junho de 2007, integrou a diretoria de Frigumz Alimentos S/A. Condenado em processo administrativo da CVM, com multa Pendente de Recurso perante o CRSFN.

Chao En Hung - 050.245.498-99

Atualmente:

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem comitês estruturados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares entre os administradores do emissor.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos 3 exercícios não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores do emissor e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo emissor.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Não há quaisquer disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

b) composição da remuneração

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de remuneração variável.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores de desempenho estabelecidos para determinar elementos da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Sendo a remuneração fixa, sem benefícios adicionais, a mesma acompanha a evolução do mercado levando em consideração o mercado onde a Companhia encontra-se inserida.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração alinha-se diretamente aos resultados da companhia e evolução do mercado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,42	0,67		5,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	169.410,65	19.615,73		189.026,38
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	169.410,65	19.615,73		189.026,38

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,33	1,00	0,67	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	323.835,59	46.115,73	23.000,00	392.951,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	323.835,59	46.115,73	23.000,00	392.951,32

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	1,00	2,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.045.833,33	91.000,00	83.300,00	1.220.133,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.045.833,33	91.000,00	83.300,00	1.220.133,33

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não pratica remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

A Companhia não tem plano de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Empresa	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Minupar Participações S/A.	299.016.032	1.000	-
Companhia Minuano de Alimentos	38.018	-	-
Valepar S/A.	29.316	-	-
Sulaves S/A.	75	-	-
SSJ Participações e Representações Ltda.	5.619.810	-	-
Serra do Roncador Participações Ltda.	1.089.000	-	-

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações, motivo pelo qual não há reconhecimento nos resultados dos últimos três exercícios.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há opções de compra de ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em aberto no final do último exercício.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Nos itens 13.6 a 13.8 a Companhia informa que não há planos de remuneração dos administradores baseado em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não tem planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	0,67	1,00	1,00	4,42	3,33	6,00	0,67	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	15.282,40	26.833,33	91.000,00	75.227,53	136.412,00	330.000,00	11.500,00	35.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	4.333,33	19.282,40	91.000,00	16.417,64	10.000,00	75.833,33	11.500,00	9.900,00
Valor médio da remuneração(Reais)	29.423,60	46.115,73	91.000,00	38.357,13	97.150,68	190.151,51	34.500,00	52.610,53

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	Considerando a remuneração anual.
Conselho de Administração	
31/12/2014	Considerando a remuneração anual.
Conselho Fiscal	

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2012	2013	2014
Conselho de Administração	86%	46%	90%
Conselho Fiscal	7%	-%	-%
Diretoria Executiva	7%	54%	10%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios, não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos últimos três exercícios, não foram reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor:

Nos três últimos exercícios o emissor não manteve funcionários.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Não ocorreram alterações com relação ao divulgado no item anterior.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor:

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários, não há políticas de remuneração definidas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos:

Considerando que o emissor não tem quadro de funcionários não há relacionamento com sindicatos.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Chao En H V Oliveira						
050.245.498-99	Brasileira-SP	Não	Não	05/12/2012		
	35.057.000	4,937500%	0	0,000000%	35.057.000	4,937500%
Serra do Roncador Participações Ltda.						
11.277.211/0001-92	Brasileira-SP	Não	Sim	21/02/2013		
	171.973.515	24,221300%	0	0,000000%	171.973.515	24,221300%
Chao En Ming						
019.210.358-03	Brasileiro-SP	Não	Sim	13/01/2015		
	68.486.612	9,645900%	0	0,000000%	68.486.612	9,645900%
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasileira	Não	Sim	30/06/2014		
	29.500.000	4,154900%	0	0,000000%	29.500.000	4,154900%
OUTROS						
	404.992.873	57,040400%	0	0,000000%	404.992.873	57,040400%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	710.010.000	100,000000%	0	0,000000%	710.010.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Serra do Roncador Participações Ltda.				11.277.211/0001-92		
Chao En Ming						
019.210.358-03	Brasileira-SP	Não	Sim			
1.089.000	99,000000	0	0,000000	1.089.000	99,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Livia Toschie Suguita Chao						
076.434.648-20	Brasileira-SP	Não	Sim			
11.000	1,000000	0	0,000000	11.000	1,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.100.000	100,000000	0	0,000000	1.100.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.391
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	57
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	710.010.000	100,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	710.010.000	100,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2:

O emissor optou por não anexar organograma dos acionistas com participação igual ou superior a 5%.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:**

Acionista	2014	%	2013	%	2012	%
Serra do Roncador Participações Ltda.	171.973.515	24,22%	171.973.515	24,22%	165.123.515	23,26%
Chao En Ming	68.486.612	9,65%	64.167.112	9,04%	64.167.112	9,04%
Chao En H V Oliveira	35.057.000	4,94%	35.057.000	4,94%	35.057.000	4,94%
Livia Toshie Suguita Chao	29.500.000	4,15%	-	0,00%	-	0,00%

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, seguindo, entretanto, as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas, sempre baseadas no objeto de cada transação, são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

Em regra, a Companhia não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Paulo Vicente Sperb	18/10/2011	255.000,00	R\$ 360 mil em 31/12/2014	Não foi possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração CDI mensal						
Paulo Vicente Sperb	22/03/2012	3.885.150,00	R\$ 7.100 MM em 31/12/2014	Não foi possível aferir	24 meses	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						
Serra do Roncador Part. Ltda	31/05/2012	32.958.522,29	R\$ 28.387 MM em 31/12/2014	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo - Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações. Taxa de remuneração 1% a.m. + Selic mensal.						
Agostinho Carrer Participações Ltda.	01/08/2011	10.000.000,00	R\$ 12.405 MM em 31/12/2014	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Não há						
Objeto contrato	Mútuo - Ativo						
Garantia e seguros	Fábrica de rações do Frigorífico Nova Araçá						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Taxa de remuneração TJLP.						
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	R\$ 2.493 MM em 31/12/2014	Não é possível aferir	Indeterminado	SIM	2,340000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo Passivo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:****a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à alta Administração da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Os administradores da Companhia, por sua vez, ao deliberarem acerca da celebração de um contrato entre partes relacionadas estão munidos de opiniões e pareceres técnicos que suportam que determinada operação comercial/financeira celebrada com partes relacionadas, é a melhor opção para a Companhia.

É vedado a qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/08/2012	120.107.800,00		710.010.000	0	710.010.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/09/2011	83.593.000,00		507.150.000	0	507.150.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/09/2010	Conselho de Administração	05/11/2010	39.412.800,00	Subscrição particular	115.920.000	0	115.920.000	40,00000000	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Para definição do valor de subscrição foi considerado o desempenho futuro da companhia, após aumento do capital social,.								
Forma de integralização		No ato da Subscrição								
28/06/2011	Conselho de Administração	28/09/2011	34.486.200,00	Subscrição particular	101.430.000	0	101.430.000	25,00000000	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor médio das ações no período de 180 dias que antecederam a aprovação do aumento de capital, com arredondamento para o valor praticado no aumento de capital anterior.								
Forma de integralização		No ato da subscrição em moeda corrente nacional								
27/08/2012	Conselho de Administração	29/11/2012	36.514.800,00	Subscrição particular	202.860.000	0	202.860.000	40,00000000	0,18	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A administração considerou adequado fixar o preço de emissão tendo como base a média do preço de mercado e volume negociado na BM&BOVESPA nos últimos 60 dias (julho e agosto - R\$ 0,18/ação), não considerando ágio na fixação do preço em virtude do volume de emissão								
Forma de integralização		Em moeda corrente no ato da subscrição								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não efetuou desdobramento, grupamento ou bonificação de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreu redução de capital social na Companhia durante os últimos 3 exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme definido pela Lei 6404/76
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto os direitos previstos em lei, não há outros direitos assegurados.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há exceções e cláusulas suspensivas nos estatutos relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.685.492	0,09	0,06	R\$ por Unidade
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.487.441	0,08	0,05	R\$ por Unidade
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.910.089	0,11	0,07	R\$ por Unidade
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.188.708	0,08	0,05	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.853.419	0,12	0,09	R\$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.238.143	0,10	0,07	R\$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.839.995	0,09	0,05	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.931.815	0,12	0,08	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.108.979	0,33	0,29	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.714.947	0,30	0,19	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.107.743	0,23	0,15	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.495.718	0,18	0,10	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:**

Os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação na BM&FBOVESPA, em São Paulo.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**18.7 Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros:**

Os valores mobiliários de emissão da Companhia não são admitidos à negociação em outros países.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor:**

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro:**

Nos três últimos exercícios não ocorreram ofertas públicas de aquisição pela Companhia, de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem planos de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não manteve ações de sua emissão em tesouraria e nem efetuou transações desta natureza nos últimos 3 exercícios.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No encerramento do último exercício não haviam ações em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou nenhuma política de negociação de valores mobiliários, de sua emissão, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do conselho de administração e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia tem como propósito elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por todos os administradores, pessoas a eles vinculadas e relacionadas em virtude de seu cargo, função ou posição na controladora, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de informações relevantes.

Princípios da comunicação corporativa

Ética - Todas as pessoas vinculadas à Companhia deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade.

Igualdade de Tratamento - A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da companhia, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado.

Práticas de divulgação de resultados da Companhia

A Companhia utiliza para comunicação com o público investidor as práticas abaixo:

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios são encaminhados pela Companhia na forma e prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável, simultaneamente à CVM, BM&BOVESPA e site da Companhia

Informativos

(i) Notas de atos ou fatos relevantes e avisos são publicados em jornais de grande circulação na sede da Companhia e no local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(ii) Editais de convocação de assembleias gerais, são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e jornais de grande circulação na sede da Companhia e no

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

local onde a Companhia tem negociadas as suas ações.

(iii) As demonstrações contábeis, atas de assembléias e atas de reuniões de Conselho de Administração são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e em jornais de grande circulação na sede da Companhia.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos relatórios obrigatórios descritos acima.

Site da Companhia

O site da Companhia é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público em geral e, em especial, com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade. Deve ser mantido continuamente atualizado e conter, minimamente: a totalidade das informações da Companhia enviadas para a CVM.

Rumores

Salvo deliberação da diretoria, a Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de inform

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Informação relevante consiste em qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários. É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da companhia.

Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da Companhia

Todas as informações sobre ato ou fato relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento elaborado pelo Diretor de Relações com Investidores (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação dos Diretores da Companhia, envolvidos ou não no ato ou fato que deu origem ao ato ou fato relevante.

Uma vez elaborado, o documento de divulgação será encaminhado pelo Diretor de Relações com Investidores para a sua publicidade no mercado de valores mobiliários.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a informação relevante ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia observarão os critérios que versam sobre a disponibilização de informações privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos valores mobiliários.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**21.3 Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:**

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações ao mercado, assessorado pelos demais Diretores da Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Nos três últimos exercícios não ocorreram aquisições ou alienações de ativos que não se enquadrem como operação normal nos negócios do emissor.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**22.2 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:**

Nos três últimos exercícios não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**22.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:**

Nos três últimos exercícios não foram celebrados, pelo emissor e suas controladas, contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações julgadas importantes pelo emissor, foram prestadas nos demais itens.